



**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 071/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 145/2025**

**Destinada:** Ampla concorrência tratamento diferenciado/simplificado.

**Critério de julgamento:** Menor preço por item

**Modo de disputa:** Aberto

**Local da sessão:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Valor total estimado: R\$ 256.543,30**

O Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. Rodrigo Gomes Massulo, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando o **Pregão Eletrônico n.º 071/2025**, do tipo menor preço por item, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), em conformidade com as disposições da nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e Decreto Municipal n.º 333/2022 (disponível para download em <http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/pmsap/portal-da-transparencia>). O processo terá como pregoeiro o Sr. Tédi Rancheski e sua equipe de apoio, designados pelas Portarias n.º 3483/2024, n.º 3484/2024 e n.º 1260/2025, anexas ao processo, bem como as condições a seguir estabelecidas.

### **1. LOCAL, DATA E HORA**

**1.1.** A sessão pública será realizada no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), **no dia 31 de julho de 2025, com início às 09:01h**, horário de Brasília - DF.

**1.2.** Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, **até às 09 horas do mesmo dia** (horário de Brasília-DF).

**1.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

### **2. OBJETO**

O objeto da presente licitação consiste na **aquisição de 02 (dois) veículos automotores zero km**, de acordo com as especificações previstas no Anexo I ? Termo de Referência.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO**



**3.1.** Poderão participar do presente pregão eletrônico, as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**3.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.3.** O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.4.** - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Santo Antônio da Patrulha, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.5-** Os licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

**3.6. Não poderão disputar desta licitação:**

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.9.1 O impedimento de que trata o item 3.6.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

#### **4. DO REGISTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2.** Poderão participar deste certame, as empresas beneficiadas pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, por isso deverá no momento do envio da proposta on-line clicar na declaração específica indicando o seu enquadramento como empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa.

**4.3.** O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**4.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.5.** Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos/serviços que não correspondam às especificações contidas no Anexo I ? Termo de Referência deste Edital serão desconsideradas.

**4.6.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.6.1. Declaração de conhecimento do Edital - Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

4.6.2. Declaração de reserva de cargos - Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



4.6.3. Declaração de proposta econômica - Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.6.4. Declaração de Não-Emprego de menores - Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

4.6.5. Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante - Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

4.6.6. Declaração de Acessibilidade - Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.6.7. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente - Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO PORTAL**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais.

5.1.2. **Marca e modelo do produto ofertado.** A empresa deverá apresentar apenas 01(uma) marca sob pena de desclassificação.



5.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.1.4. Inclusão de todas as despesas que influam no preço, tais como: despesas com transporte, seguro, frete, tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria), emolumentos, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e com todos os ônus diretos;

5.1.5. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.

5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), na data e horário indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. Qualquer desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. Após análise prévia das propostas o Pregoeiro realizará a abertura da sessão.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa ?aberto?** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme previsão neste edital.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**, observando as regras de aceitação do mesmo.



**6.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.11.** O valor mínimo entre os lances deverá ser de **0,50% (zero cinquenta por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**6.12.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.13.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.14.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.15.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**6.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.19.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



6.19.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. empresas brasileiras;
- c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.21.** Após o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**7.1.** Após a negociação, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado, o envio da proposta adequada ao último lance ofertado, **no prazo mínimo de 02 (duas) horas**. A proposta deverá vir acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares (planilhas, catálogo, ficha técnica, registros, etc), quando necessários à confirmação das exigências do Edital.

7.1.1. O prazo que se refere o item 7.1 poderá ser prorrogado por igual período pelo Pregoeiro quando:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa feita no chat, devidamente aceita pelo Pregoeiro;
- b) a critério do Pregoeiro.

**7.2.** A proposta de preços deverá:

7.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa e/ou procurador.



7.2.2. Conter todas as especificações do objeto, tais como marca, modelo e procedência, que vinculam à Contratada.

7.2.3. Preços expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

7.3. A proposta adequada deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato ou da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o valor total, prevalecerão os valores unitários.

7.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.6. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

**7.7. Junto à proposta, anexar.**

**7.7.1. Declaração que a CONTRATADA fornecerá garantia total para o bem objeto do contrato, com vigência mínima de 36 (trinta e seis) meses ou 60.000 km rodados ? o que ocorrer primeiro ? a contar da data do recebimento definitivo do veículo no local de entrega. A garantia deverá abranger integralmente peças, mão de obra, sistema de ar-condicionado, defeitos de fabricação, montagem e eventuais falhas decorrentes de desgastes prematuros, desde que ocorram sob condições normais de uso e operação.**

**7.7.2. Declaração formal emitida em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal, informando a existência de assistência técnica autorizada do fabricante em funcionamento, localizada em um raio máximo de até 120 (cento e vinte) quilômetros do município de Santo Antônio da Patrulha/RS.**

**A declaração deverá conter as seguintes informações mínimas:**

- a) Nome e razão social da assistência técnica autorizada;**
- b) Endereço completo e localização geográfica (município e estado);**
- c) Telefone e/ou e-mail para contato;**
- d) Indicação clara de que se trata de assistência técnica autorizada para os veículos ofertados;**
- e) Assinatura e carimbo do responsável legal da licitante.**
- f) A CONTRATANTE poderá, a seu critério, realizar diligência para verificação da veracidade das informações prestadas. O não atendimento a este requisito implicará na inabilitação da licitante, por não comprovação da capacidade técnica necessária à execução do objeto contratado.**



## **8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**8.1.** Recebida a proposta, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública **somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.**

**8.3.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.4.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo

Pregoeiro.

**8.5.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contêm as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.1. No caso em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

**8.7.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no ?chat? a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.8.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.9.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.10.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:**



- 8.11.1. contiver vícios insanáveis;
  - 8.11.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 8.11.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 8.11.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 8.11.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas os valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.12, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 8.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 8.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## **9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO**

- 9.1.** Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.
- 9.3.** Os documentos de habilitação disciplinados no item 9.16 deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, **no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas**, após solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogável por igual período.
- 9.4.** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
  - 9.4.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - 9.4.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.5.** A verificação pelo agente de contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.6.** O Pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a



todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

**9.7.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

**9.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos.

**9.9.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

**9.10.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais (não-digitais) quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**9.11.** Os documentos de habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CPNJ e endereço respectivo, observando o seguinte:

9.11.1. Se o licitante for matriz da empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.11.2. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto as certidões expedidas pela União e documentos técnicos que poderão estar em nome da matriz;

**9.12. O licitante enquadrado como MEI ? Microempreendedor Individual está dispensado da apresentação dos documentos previstos nas alíneas ?a? e ?f? do item 9.16 os quais deverão ser substituídos pela apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual ?CCMEI, condicionada a verificação da autenticidade no endereço [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).**

**9.13. O julgamento da fase de habilitação somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.**

**9.14.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.15.** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa,



empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.16. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:**

- a. **Ato constitutivo, estatuto social, contrato social** com posteriores alterações contratuais ou sua consolidação, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- b. **Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais** previstas nas alíneas "a" a "d", do § único, do Artigo 11, da Lei 8.212/91;
- c. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- d. Certidão que prove a regularidade para com a **Fazenda Estadual**;
- e. Certidão que prove a regularidade para com a **Fazenda Municipal** da jurisdição fiscal do estabelecimento do licitante;
- f. **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual.
- g. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- h. **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo não superior a 90 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.
- i. Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- j. **Declaração**, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. A mesma deve ser firmada diretamente no Portal de Compras Públicas pelo representante legal da empresa, através de senha específica.
- k. **Declaração**, sob penas da lei, que ateste cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. A mesma deve ser firmada diretamente no Portal de Compras Públicas pelo representante legal da empresa, através de senha específica.



- I. Comprovação de que a licitante não esta declarada Inidônea e Suspensa junto Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

## **10. DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL**

### **10.1. Da intenção de recorrer:**

10.1.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recorrer**, sob pena de preclusão, ficando desta forma, a autoridade superior competente, autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

### **10.2. Dos recursos administrativos:**

10.2.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, obrigatoriamente via sistema, **no prazo de 03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, conforme art. 165 da Lei 14.133/21.

10.2.2. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.2.3. O prazo para apresentação de **contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.2.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, se mantida a decisão recorrida, devidamente justificada, encaminhar recurso para a autoridade superior, **a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.2.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**11.1.** Encerradas as fases de julgamento de proposta e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. DO CONTRATO**



### **12.1. Da convocação para assinatura:**

12.1.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.1.2 O prazo de convocação será de 05 (cinco) dias úteis e poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.1.2.1 O contrato estará disponível para assinatura da contratada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, situado na Av. Borges de Medeiros 456, Santo Antônio da Patrulha/RS.

**O contrato também poderá ser encaminhado via e-mail para assinatura com certificação digital.**

12.1.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.1.4. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.1.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta previstas no item 14 deste Edital.

12.1.6 A regra do item 12.1.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea ?a? do item 12.1.4.

### **12.2. Das especificidades do contrato:**

12.2.1. O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério das partes.



12.2.2. A vigência do contrato surtirá efeitos a contar da última assinatura entre as partes.

12.2.3. A fiscalização do contrato será realizada por servidor designado através de Portaria devidamente autorizada pela autoridade competente.

12.2.4. O valor contratado poderá ser reajustado pelo índice acumulado da variação do IPCA, sendo este após 01(um) ano da vigência, se for o caso.

### **13 ? DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado na plataforma utilizada para realização do Pregão através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente de forma eletrônica, para ciência dos demais interessados.

**13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**13.6.** A impugnação será julgada pelo Pregoeiro e, se acolhida, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS PENALIDADES**

**14.1.** O licitante participante poderá ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I ? Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

a) Multa de 3% (cinco por cento) do valor global da proposta apresentada;

b) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio da Patrulha pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

II ? Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação:

a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta apresentada;



b) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio da Patrulha pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

c) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

## **15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

**15.1.** A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**15.2.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**15.3.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**15.4.** Na hipótese da ilegalidade de que trata o item 15.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. DO REQUERIMENTO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**16.1.** A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, só se admitindo o seu manejo para corrigir distorções decorrentes de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária ou extracontratual, **devidamente comprovados e justificados**. Nesse sentido, em havendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro, cabe à empresa formalizar a sua pretensão, cumprindo, **obrigatoriamente**, as seguintes exigências:

- a. Preenchimento do Formulário Padrão (Requerimento), conforme Anexo III deste Edital.
- b. Acostar ao Formulário Padrão documentos para comprovação do real aumento do valor dos itens, para fins de aferição da necessidade do realinhamento de preços;
- c. A comprovação do item anterior deverá se dar através da apresentação de cópia de notas fiscais ou tabelas/planilhas/orçamento de preço de compra do produto/serviço realizada pela licitante junto ao seu fornecedor, referente ao período da elaboração da proposta (expedidos com data máxima anterior a 60 dias da data de apresentação das propostas do respectivo processo licitatório), bem como o envio de cópia de notas fiscais/planilhas/orçamento atuais (não superior a 60 dias da protocolização do pedido), para a correta e irrefutável demonstração que houve o desequilíbrio econômico-financeiro;



- d. As notas fiscais ou tabelas/planilhas/orçamento, deverão, obrigatoriamente, destacar e identificar os itens a que se refere o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, de acordo com a numeração correspondente a Ata de Registro de Preços/Contrato;
- e. O Formulário Padrão (Requerimento), acompanhado da documentação comprobatória, deverá ser entregue e protocolado junto ao Setor de Licitações do Município ou enviado para o e-mail: [reequilibrio@santoantoniopatrulha.rs.gov.br](mailto:reequilibrio@santoantoniopatrulha.rs.gov.br) mediante a confirmação de recebimento do mesmo pelo Setor de Licitações;
- f. O pedido de reequilíbrio deverá ser protocolado dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato;
- g. Enfatiza-se que os Empenhos recebidos pela empresa com data anterior ao protocolo (recebimento do pedido) não estão vinculados ao pedido de reequilíbrio, bem como ao seu deferimento ou não, cabendo à empresa (fornecedora) atentar-se para que, em ocorrendo o desequilíbrio contratual, solicitar a sua recomposição com a maior brevidade possível;
- h. Caso seja deferido, o realinhamento de preços vigorará a partir da data de sua protocolização junto ao Setor de Licitações, não retroagindo seus efeitos sob quaisquer circunstâncias, estando obrigada a empresa ao cumprimento das obrigações contratuais assumidas, em especial às características, valores, quantidades, prazos e marcas, inclusive com relação à entrega de produtos e/ou **execução de serviços de Empenhos já emitidos**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente, exceto para empenhos oriundos de Contratos.
- i. Além do preenchimento do Formulário Padrão (Requerimento) e apresentação dos documentos comprobatórios, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá seguir os requisitos estabelecidos no instrumento contratual e legislação vigente.

## **17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras, situado na Av. Borges de Medeiros, 456, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP 95.500-000, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h ou pelos telefones (51)36628402, (51)36628435 e (51)36628416.

**17.2.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na Lei nº.14.133/21, Lei Complementar nº.123/06, além da Legislação Civil em vigor.

**17.3.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, exceto se houver previsão em Edital.

**17.4.** Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha ? RS.



**17.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**17.6.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**17.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.8.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**17.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**17.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites: [www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br](http://www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal TCE-RS Licitação Cidadão.

**18 - Integram este Edital:**

**ANEXO I ? Termo de referência;**

**ANEXO II ? Minuta de contrato;**

**ANEXO III ? Formulário para solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro.**

Santo Antônio da Patrulha - RS, 15 de julho de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo

Prefeito Municipal

---

Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 9UAV.NXY9.EWBN.4WJB



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GOMES MASSULO, PREFEITO MUNICIPAL** em 15/07/2025 às 13:03:06.



**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

**1. OBJETO:**

A presente contratação tem por objeto a **aquisição de dois veículos automotores 0 (zero) quilômetro**, tipo passeio, com capacidade para 5 (cinco) e 7 (sete) lugares, respectivamente, destinados à Secretaria Municipal da Saúde de Santo Antônio da Patrulha/RS, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

**2. DESCRIÇÃO DETALHADA:**

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UN.
01	01	UN	Veículo zero km, ano/modelo mínimo 2025, 5 portas, cor branca, direção hidráulica, eletro - hidráulica ou elétrica, assoalho em carpete, banco traseiro rebatível, bancos revestidos em tecido, barras de proteção para portas, ar condicionado, cintos de segurança dianteiros retráteis, porta - malas com capacidade mínima de 270 litros com cobertura, espelho retrovisor interno dia/noite, espelhos retrovisores externos direito/esquerdo, motor com potência mínima de 104CV, flex, alarme, travas elétricas nas portas, vidros elétricos, porta luvas com tampa, rodas em aço, desembaçador com ar quente, controle interno dos retrovisores externos, limpador e desembaçador traseiro, estepe, macaco de elevação, triângulo, protetor de cárter, pneus no mínimo 75x70 R13, chave de rodas, protetor de cárter e tapetes emborrachados, rádio CD/MP3 integrado ao painel com viva-voz, Bluetooth, entrada USB, com no mínimo dois alto-falantes instalados, emplacado e licenciado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.		R\$ 110.660,00
02	01	UN	Veículo automotor, 0 km, ano e modelo mínimo 2025/2025, cor branca, airbag duplo, tipo minivan familiar, mínimo de 7 (sete) lugares, mínimo 5 (cinco) portas, assoalho em carpete, banco do motorista com regulagem longitudinal de altura e de inclinação do encosto e do assento, coluna de direção com regulagem de altura, poltrona dos passageiros revestida em couro para fácil limpeza, apoio de cabeceiras em todos os bancos, barras de proteção para portas, motor mínimo de 1.8 e 8 (oito) válvulas, flex (gasolina/álcool), freio ABS com EBD, câmbio manual de 5 marchas à frente e 1 à ré, pneus no mínimo de 15 polegadas, alerta de pressão dos pneus, porta-malas com capacidade mínima de 160 litros, equipado com: ar-condicionado, direção elétrica,		R\$ 145.883,30

**Av.Borges de Medeiros, 456 - Fone: (51) 3662-8400 - Santo Antônio da Patrulha - RS - CEP 95500-000**

**www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br**

**"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"**  
**"CRACK: A PEDRA DA MORTE"**



			<p>cintos de segurança três pontos conforme normas CNT, retrovisores com ajustes elétricos, faróis de neblina, lanterna de neblina, vidros e travas elétricas automáticas nas portas ao redor do veículo, sensor de estacionamento, alarme, tapetes emborrachados, estepe, macaco de elevação, chave de rodas, triângulo, protetor de cárter, extintor de incêndio, sistema de áudio multimídia com conexão USB e navegação de GPS integrado ao painel com viva-voz, Bluetooth, com no mínimo dois alto-falantes instalados, adesivado, emplacado e licenciado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS. Manuais em português; Certificado de garantia de no mínimo 36 (trinta e seis) meses para o veículo, peças, mão de obra, ar-condicionado central, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrente de desgastes prematuros durante a operação e emprego normais, a contar da data de recebimento definitivo do veículo no local de entrega, com assistência técnica autorizada em até 120Km de distância do município de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p>		
--	--	--	---	--	--

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação visa à aquisição de dois veículos automotores 0 (zero) quilômetro, sendo um com capacidade para 5 (cinco) lugares e outro com capacidade para 7 (sete) lugares, com a finalidade de atender às necessidades de transporte da Secretaria Municipal da Saúde de Santo Antônio da Patrulha/RS. A solução adotada contempla a substituição e ampliação da frota atual, promovendo melhorias na logística dos serviços e no deslocamento de servidores, equipes técnicas e usuários do sistema de saúde.

A decisão pela aquisição dos veículos novos fundamenta-se em aspectos **técnicos, operacionais, financeiros e legais**, conforme detalhado a seguir:

#### 1. Viabilidade Orçamentária

A aquisição será custeada por meio de recursos vinculados a emendas parlamentares, o que permite o atendimento da demanda sem comprometer o orçamento ordinário da administração municipal.

- O veículo com capacidade para 5 lugares será adquirido com recursos provenientes de emenda parlamentar individual do Deputado Federal Pedro Westphalen, com destinação específica para transporte de servidores da Secretaria da Saúde.
- O veículo com capacidade para 7 lugares será adquirido com recursos oriundos de emenda impositiva da Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, com aplicação vinculada ao transporte de pacientes e equipes da saúde.



## **2. Eficiência e Conformidade com as Emendas Parlamentares**

A destinação dos recursos por meio das emendas exige aplicação específica, sendo vedada sua utilização para outras finalidades. Dessa forma, a aquisição dos veículos está em conformidade com os termos das emendas e assegura a execução transparente, legal e eficiente dos recursos públicos.

## **3. Benefícios Técnicos e Operacionais da Solução Adotada**

A escolha por veículos 0 km justifica-se por:

- **Redução de custos com manutenção corretiva e maior confiabilidade operacional;**
- **Maior conforto, segurança e adequação sanitária** para os servidores e pacientes transportados;
- **Eficiência nas ações da saúde**, garantindo agilidade nos atendimentos, visitas domiciliares, deslocamentos de equipes multidisciplinares e transporte de pequenos grupos.

## **4. Alinhamento à Política Pública de Saúde e à Legislação Vigente**

A contratação está em consonância com os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e com os preceitos da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – especialmente quanto à eficiência, economicidade, finalidade e legalidade.

## **5. Impacto Esperado**

Com a renovação e ampliação da frota, espera-se significativa melhoria na mobilidade dos serviços de saúde, otimização dos recursos operacionais e aumento da qualidade dos atendimentos prestados à população. A iniciativa contribui diretamente para o fortalecimento da estrutura da Secretaria Municipal da Saúde, promovendo resultados positivos na gestão da saúde pública local.

## **Conclusão**

Diante da análise técnica e da disponibilidade orçamentária com vinculação específica, a aquisição dos dois veículos representa a alternativa mais viável e vantajosa. A medida garante não apenas o cumprimento das exigências legais associadas à aplicação dos recursos, como também promove melhorias diretas na capacidade de atendimento do SUS no município, reforçando o compromisso com a qualidade dos serviços públicos e a boa gestão dos recursos públicos.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1.** Os bens têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.2.** A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

---

**Av. Borges de Medeiros, 456 - Fone: (51) 3662-8400 - Santo Antônio da Patrulha - RS - CEP 95500-000**

**www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br**

**"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"**  
**"CRACK: A PEDRA DA MORTE"**



**4.3.** Para fornecimento dos bens pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

**4.4.** A CONTRATADA deverá fornecer **garantia total** para o bem objeto do contrato, com vigência mínima de **36 (trinta e seis) meses ou 60.000 km rodados** — o que ocorrer primeiro — a contar da data do recebimento definitivo do veículo no local de entrega.

4.4.1. A garantia deverá **abranger integralmente peças, mão de obra, sistema de ar-condicionado, defeitos de fabricação, montagem e eventuais falhas decorrentes de desgastes prematuros**, desde que ocorram sob condições normais de uso e operação.

**4.5.** A CONTRATADA deverá possuir **assistência técnica autorizada localizada a uma distância máxima de 120 (cento e vinte) quilômetros do município de Santo Antônio da Patrulha/RS**, com capacidade comprovada para realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos adquiridos.

4.5.1. **Justificativa:** A exigência de assistência técnica autorizada localizada próxima ao município visa garantir agilidade e eficiência no atendimento pós-venda, minimizando o tempo de imobilização dos veículos e assegurando a continuidade dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde. A proximidade dessa assistência é fundamental para a rápida realização de reparos e manutenção, reduzindo custos logísticos e evitando interrupções nas operações de transporte essenciais ao atendimento da população. Além disso, a existência de uma rede autorizada próxima proporciona maior confiabilidade na garantia dos veículos, garantindo que eventuais problemas sejam solucionados conforme os padrões do fabricante e a legislação vigente, preservando a segurança, durabilidade e desempenho dos bens contratados.

## **5. FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E LOCAL:**

### **5.1. Prazo de entrega:**

O bem deverá ser entregue em **até 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento da **Nota de Empenho** pela CONTRATADA.

### **5.2. Local de entrega:**

A entrega deverá ocorrer na **Secretaria Municipal da Saúde de Santo Antônio da Patrulha**, situada na **Rua Ari José B. da Luz, nº 63** (rua ao lado da Brigada Militar), **Bairro Cidade Alta**, Santo Antônio da Patrulha/RS, durante o horário de expediente: **das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30**, em dias úteis.

O recebimento será efetuado **aos cuidados do(s) fiscal(is) do contrato**, devidamente designado(s) por meio de **Portaria Especial emitida pela Administração Municipal**, a qual será anexada ao processo de contratação.

### **5.3. Condição de entrega:**

---

**Av. Borges de Medeiros, 456 - Fone: (51) 3662-8400 - Santo Antônio da Patrulha - RS - CEP 95500-000**

**www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br**  
**"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"**  
**"CRACK: A PEDRA DA MORTE"**



5.3.1. A entrega será realizada em **parcela única**, contemplando a totalidade do objeto contratado.

5.3.2. O veículo, no momento da entrega, deverá apresentar **quilometragem igual a 0 (zero)**. Para garantir essa condição, o transporte até o local de entrega deverá ser feito por meio de caminhão-plataforma ou outro meio que impeça o uso rodado do veículo.

5.3.3. Considerando a prática comum de que as empresas entregadoras frequentemente não aguardam a conferência completa do produto devido a restrições de tempo, o **recebimento do bem será considerado provisório pelo período de 24 (vinte e quatro) horas**, tempo necessário para inspeção detalhada e possibilidade de devolução em caso de não conformidade.

5.3.4. A entrega deverá ocorrer no local previamente designado pela Administração Municipal, em dia e horário acordados, obedecendo todas as exigências deste documento.

## **6. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**6.1.** O objeto da contratação estará sujeito à **recusa e devolução** caso não atenda às **especificações exigidas no edital**, hipótese em que a **CONTRATADA** será obrigada a realizar a **substituição imediata do produto**.

6.1.1. Verificada a desconformidade do objeto com as especificações, o **fiscal do contrato não procederá ao recebimento** e lavrará **termo circunstanciado do ocorrido**, o qual será encaminhado à autoridade competente para as providências cabíveis, **sem prejuízo da responsabilização da CONTRATADA**.

**6.2.** Em caso de não aceitação do objeto, a **CONTRATADA** deverá retirar o item recusado no prazo máximo de **03 (três) dias corridos**, contados a partir da **notificação formal da recusa**, devendo realizar a **substituição no prazo máximo de mais 03 (três) dias corridos**, contados a partir da retirada.

**6.3.** O fiscal do contrato terá o prazo de **02 (dois) dias úteis** para efetuar a **conferência e aceite final** do bem entregue, observado o disposto nesta cláusula.

**6.4.** O recebimento, provisório ou definitivo, **não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela perfeita execução do objeto contratado**. A **CONTRATADA** obriga-se a substituir, total ou parcialmente, o bem entregue, caso sejam verificados, a qualquer tempo, **vícios, defeitos ou incorreções** relacionados ao objeto.

**6.5.** No momento da entrega, o veículo deverá apresentar **quilometragem igual a 0 (zero)**. Para tanto, deverá ser **transportado até o local de entrega por meio apropriado**, de forma que não haja rodagem anterior.

6.5.1. Considerando que, com frequência, os fornecedores não permanecem no local durante a conferência completa do bem — por questões logísticas e de agenda —, **fica estabelecido que o recebimento inicial do veículo será realizado de forma provisória, pelo período de 24 (vinte e quatro) horas**, prazo necessário



para a **verificação detalhada e aceitação definitiva ou eventual devolução.**

**6.6.** A CONTRATADA deverá entregar o veículo devidamente **adesivado ou envelopado com o emblema do Município de Santo Antônio da Patrulha e da Secretaria Municipal da Saúde**, conforme modelo e orientações fornecidas pela CONTRATANTE, sendo esta **condição obrigatória para o aceite do bem.**

**6.7.** No ato da entrega dos veículos, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação técnica, sob pena de recusa do recebimento provisório:

- a) Manual do proprietário, em língua portuguesa, original e completo;
- b) Manual de garantia do fabricante, com descrição clara das condições e prazos de cobertura;
- c) **Caderneta ou certificado de revisões periódicas, com identificação da rede de assistência técnica autorizada;**
- d) Documento de registro do veículo (CRV/CRLV) em nome do órgão contratante, com emplacamento e licenciamento atualizados;
- e) Nota fiscal de aquisição emitida em nome da Secretaria Municipal da Saúde de Santo Antônio da Patrulha, contendo, de forma clara, o número do chassi, placa e demais dados de identificação do veículo;
- f) Termo de garantia da CONTRATADA, quando aplicável, complementar ao do fabricante;
- g) Certificação de que o veículo atende às normas ambientais e de segurança vigentes no país, incluindo, se for o caso, certificado do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

**6.8.** Toda a documentação deverá ser entregue **em conjunto com o veículo**, sob responsabilidade da CONTRATADA, para fins de conferência e aceite por parte do fiscal do contrato.

## **7. DO CONTRATO:**

**7.1.** O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da **data de sua assinatura**, observando-se todos os requisitos, condições e obrigações estabelecidos no Edital e em seus anexos.

**7.2.** A licitante vencedora será **convocada para assinatura do instrumento contratual no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação formal pela CONTRATANTE. O não atendimento ao prazo implicará a **decadência do direito à contratação**, conforme previsto na legislação aplicável.

**7.3.** A fiscalização da execução contratual será exercida por **servidores designados pela Secretaria Municipal da Saúde**, por meio de **Portaria Especial**, a qual será anexada ao processo administrativo. A atuação dos fiscais observará todos os requisitos previstos no Edital e no contrato, inclusive quanto ao recebimento, aceitação do objeto e cumprimento das obrigações contratuais.



## **8. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:**

### **Comprovação de Assistência Técnica Autorizada**

- A licitante deverá apresentar **declaração formal** emitida em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal, informando a existência de **assistência técnica autorizada do fabricante em funcionamento, localizada em um raio máximo de até 120 (cento e vinte) quilômetros do município de Santo Antônio da Patrulha/RS.**

### **A declaração deverá conter as seguintes informações mínimas:**

- a) Nome e razão social da assistência técnica autorizada;
- b) Endereço completo e localização geográfica (município e estado);
- c) Telefone e/ou e-mail para contato;
- d) Indicação clara de que se trata de assistência técnica autorizada para os veículos ofertados;
- e) Assinatura e carimbo do responsável legal da licitante.
- f) A CONTRATANTE poderá, a seu critério, realizar diligência para verificação da veracidade das informações prestadas. O não atendimento a este requisito implicará na **inabilitação da licitante**, por não comprovação da capacidade técnica necessária à execução do objeto contratado.

### **Certificado de Garantia**

- Documento oficial detalhando as condições, prazos e coberturas da garantia oferecida pelo fabricante e/ou fornecedor.

### **Certificados Ambientais e de Segurança**

- Declaração ou certificados que comprovem conformidade com normas ambientais (ex.: PROCONVE) e normas de segurança veicular.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**9.1.** Estima-se que o valor médio para a aquisição pretendida será definido com base nos **orçamentos que serão oportunamente elaborados pelo Departamento de Compras**, observando-se os parâmetros técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

**9.2.** Ressalta-se que o valor estimado deverá ser **compatível com os preços praticados no mercado**, em conformidade com o disposto no **Decreto Municipal nº 333/2022**, que regulamenta os procedimentos para

---

**Av. Borges de Medeiros, 456 - Fone: (51) 3662-8400 - Santo Antônio da Patrulha - RS - CEP 95500-000**

**www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br**

**"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"**  
**"CRACK: A PEDRA DA MORTE"**



contratações públicas no âmbito municipal, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

## **10. FORMA DE PAGAMENTO:**

**10.1.** O pagamento será efetuado em até **15 (quinze) dias corridos** após a **apresentação da Nota Fiscal**, devidamente atestada, emitida em nome da **Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha**, contendo a descrição detalhada do bem adquirido.

**10.2.** O pagamento somente será realizado **após a liberação expressa pelos fiscais do contrato**, designados por Portaria específica, que atestarão o cumprimento integral das condições contratuais.

**10.3.** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA **enquanto houver pendências relativas à liquidação da obrigação financeira**, em razão de penalidades aplicadas ou **inadimplência contratual** verificada.

**10.4.** O CNPJ da CONTRATADA constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo informado na documentação apresentada durante o processo licitatório. No corpo da Nota Fiscal deverão constar, obrigatoriamente:

- Número deste processo administrativo;
- Número da licitação correspondente;
- Número da nota de empenho emitida;
- Dados bancários da CONTRATADA;
- Assinaturas dos fiscais responsáveis pelo atesto.

**10.5.** A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal ou Fatura com os **valores destacados relativos ao IR, INSS (conforme a legislação previdenciária vigente), ISS e demais tributos incidentes**, caso haja fato gerador. Na ausência dessa informação, os valores correspondentes **serão retidos no ato do pagamento**, conforme previsto no **Decreto Municipal nº 271/2022** e na **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, com as alterações introduzidas pela **IN RFB nº 2.108/2022**.

**10.6.** A CONTRATADA deverá emitir **uma única Nota Fiscal por empenho**. Caso sejam emitidos **vários empenhos para o objeto contratado**, deverá ser emitida **uma Nota Fiscal para cada empenho individualmente**.

## **11. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**



- 11.1.** Entregar o bem, objeto do contrato, conforme as condições, prazos e local estabelecidos neste Termo de Referência, em estrita conformidade com a proposta de preços apresentada.
- 11.2.** Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, compatíveis com as obrigações assumidas.
- 11.3.** Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, a correção de quaisquer deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.
- 11.4.** Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de sua responsabilidade contratual e legal.
- 11.5.** Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada no fornecimento do bem ou que possa comprometer sua qualidade e uso adequado.
- 11.6.** Não transferir, ceder ou subcontratar, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no contrato, sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE.
- 11.7.** Efetuar a substituição do bem, objeto do contrato, caso o mesmo não atenda às especificações exigidas.
- 11.8.** Arcar integralmente com todas as despesas relacionadas ao transporte, tributos, taxas, encargos e demais custos necessários à entrega do objeto, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
- 11.9.** Observar e respeitar a cronologia e condições de entrega, atendendo às solicitações da CONTRATANTE com pontualidade.
- 11.10.** Cumprir integralmente as determinações e orientações emitidas pela fiscalização designada pela CONTRATANTE.
- 11.11.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, eventuais acréscimos ou supressões do objeto contratado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho, nos termos da legislação vigente.
- 11.12.** Garantir o bem fornecido por, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses ou 60.000 km rodados**, o que ocorrer primeiro, abrangendo peças, mão de obra, sistemas e funcionamento geral.
- 11.13.** Prestar assistência técnica durante o período de garantia, por meio de equipe especializada, com atendimento disponível em assistência autorizada localizada a uma distância máxima de **120 km** do município de Santo Antônio da Patrulha/RS.
- 11.14.** Realizar, obrigatoriamente, o emplacamento do veículo junto ao DETRAN, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, com documentação regularizada.
- 11.15.** Entregar o veículo adesivado ou envelopado com o emblema do Município e da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações fornecidas pela CONTRATANTE.



**11.16.** Efetuar a substituição do veículo, objeto do contrato, caso, no ato da entrega, não esteja em conformidade com as exigências técnicas e especificações previstas.

## **12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**

**12.1.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto entregue, para que sejam adotadas as providências corretivas cabíveis.

**12.2.** Realizar a fiscalização da entrega e do cumprimento do contrato, por meio de servidores designados em Portaria Especial específica.

**12.3.** Orientar a execução contratual e dirimir dúvidas técnicas relativas ao objeto licitado, sempre que solicitado pela CONTRATADA.

**12.4.** Receber o objeto contratado, recusando-o total ou parcialmente caso não esteja em conformidade com as especificações técnicas e condições pactuadas.

**12.5.** Efetuar o pagamento da Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA, observando os prazos e condições estabelecidos neste instrumento, após conferência e liberação pela fiscalização.

## **13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**13.1.** O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária abaixo descrita:

**Dotação: 2025/1649** - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

Programa de Trabalho: 07.01.10.301.0002.1311 - Emenda Pedro Wesphalen

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recurso: 2601 - Transf Fundo a Fundo Rec SUS prov Gov Federal - RSPS

Rubrica Item: 4.4.90.52.48.00.00.00 - VEICULOS DIVERSOS

**Dotação: 2025/1064** - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

Programa de Trabalho: 07.01.10.302.0002.2092 - Manutenção e Fortalecimento Atenção MAC - ASPS cta.

67

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

---

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Rubrica Item: 4.4.90.52.48.00.00.00 - VEICULOS DIVERSOS

Santo Antônio da Patrulha/RS, 15 de julho de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo

Prefeito Munipal

---

Av.Borges de Medeiros, 456 - Fone: (51) 3662-8400 - Santo Antônio da Patrulha - RS - CEP 95500-000

[www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br](http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br)

**"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"**

**"CRACK: A PEDRA DA MORTE"**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N.º \_\_\_\_/2025.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. RODRIGO GOMES MASSULO**, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.827.570-45, portador da R.G n.º 5099955949, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 406, bairro Pitangueiras, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ e portador da C.I. n.º \_\_\_\_\_, expedido pela \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, apto \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, neste ato denominada de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 145/2025 e, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Aquisição de aquisição de dois veículos automotores 0 (zero) quilômetro, tipo passeio, com capacidade para 5 (cinco) e 7 (sete) lugares, respectivamente, destinados à Secretaria Municipal da Saúde de Santo Antônio da Patrulha/RS, conforme solicitação contida no ETP e no TR, e descrição abaixo:

Item	Unid	Qtd	Descrição	P.O.
01	Und	01	Veículo zero km, ano/modelo mínimo 2025, 5 portas, cor branca, direção hidráulica, eletro - hidráulica ou elétrica, assoalho em carpete, banco traseiro rebatível, bancos revestidos em tecido, barras de proteção para portas, ar condicionado, cintos de segurança dianteiros retráteis, porta - malas com capacidade mínima de 270 litros com cobertura, espelho retrovisor interno dia/noite, espelhos retrovisores externos direito/esquerdo, motor com potência mínima de 104CV, flex, alarme, travas elétricas nas portas, vidros elétricos, porta luvas com tampa, rodas em aço, desembaçador com ar quente, controle interno dos retrovisores externos, limpador e desembaçador traseiro, estepe, macaco de elevação, triângulo, protetor de cárter, pneus no mínimo 75x70 R13, chave de rodas, protetor de cárter e tapetes emborrachados, rádio CD/MP3 integrado ao painel com viva-voz, Bluetooth, entrada USB, com no mínimo dois alto-falantes instalados, emplacado e licenciado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.	R\$ 0,00
02	UND	01	Veículo automotor, 0 km, ano e modelo mínimo 2025/2025, cor branca, airbag duplo, tipo minivan familiar, mínimo de 7 (sete) lugares, mínimo 5 (cinco) portas, assoalho em carpete, banco do motorista com regulagem longitudinal de altura e de inclinação do encosto e do assento, coluna de direção com regulagem de altura, poltrona dos passageiros revestida em couro para fácil limpeza, apoio de cabeceiras em todos os bancos, barras de proteção para portas, motor mínimo de 1.8 e 8 (oito) válvulas, flex (gasolina/álcool), freio ABS com EBD, câmbio manual de 5 marchas à frente e 1 à ré, pneus no mínimo de 15 polegadas, alerta de pressão dos pneus, porta-malas com capacidade mínima de 160 litros, equipado com: ar-condicionado, direção elétrica, cintos de segurança três pontos conforme normas CNT, retrovisores com ajustes elétricos, faróis de neblina, lanterna de neblina, vidros e travas elétricas automáticas nas portas ao redor do veículo, sensor de estacionamento, alarme, tapetes emborrachados, estepe,	0,00



			macaco de elevação, chave de rodas, triângulo, protetor de cárter, extintor de incêndio, sistema de áudio multimídia com conexão USB e navegação de GPS integrado ao painel com viva-voz, Bluetooth, com no mínimo dois alto-falantes instalados, adesivado, emplacado e licenciado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS. Manuais em português; Certificado de garantia de no mínimo 36 (trinta e seis) meses para o veículo, peças, mão de obra, ar-condicionado central, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrente de desgastes prematuros durante a operação e emprego normais, a contar da data de recebimento definitivo do veículo no local de entrega, com assistência técnica autorizada em até 120Km de distância do município de Santo Antônio da Patrulha/RS.	
--	--	--	--	--

- 1.1- O presente contrato está vinculado:
- 1.1.1- Ao Termo de Referência
- 1.1.2- Ao Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- 1.1.3- A Proposta do Contratado

## 1.2- PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

**1.2.1- Local de entrega:** O bem deverá ser entregue em até 45 (Quarenta e cinco) dias corridos, a contar do recebimento do empenho prévio, na Rua Ari José B. da Luz, nº 63, Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha/RS (Secretaria Municipal da Saúde), durante o horário de expediente: das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, em dias úteis.

**1.2.2-** Os veículos estarão sujeitos à devolução caso não atendam às especificações do edital e do TR, caso este em que a Contratada, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do objeto.

**1.2.3-** Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, esta Secretaria não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

**1.2.4-** Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação da não aceitação. Para substituição, será concedido o prazo máximo de 03 (três) dias corridos.

**1.2.5-** A Secretaria terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para processar a conferência e aceitação final do bem;

**1.2.6-** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

**1.2.7-** A entrega será realizada em parcela única, contemplando a totalidade do objeto contratado;

**1.2.8-** Os veículos, no momento da entrega, deverão apresentar quilometragem igual a 0 (zero). Para garantir essa condição, o transporte até o local de entrega deverá ser feito por meio de caminhão-plataforma ou outro meio que impeça o uso rodado dos veículos.

## CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA

A presente contratação visa à aquisição de dois veículos automotores 0 (zero) quilômetro, sendo um com capacidade para 5 (cinco) lugares e outro com capacidade para 7 (sete) lugares, com a finalidade de atender às necessidades de transporte da Secretaria Municipal da Saúde de Santo Antônio da Patrulha/RS. A solução adotada contempla a substituição e ampliação da frota atual, promovendo melhorias na logística dos serviços e no deslocamento de servidores, equipes técnicas e usuários do sistema de saúde.

## CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

**3.1 - O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias**, a contar da assinatura do mesmo, onde devem ser considerados todos os requisitos constantes no Edital e seus anexos, podendo ser prorrogado a critério das partes e a entrega em até 45 (Quarenta e cinco) dias corridos a contar do recebimento do empenho prévio.



**3.1.1- A vigência do contrato surtirá efeitos a contar da última assinatura entre as partes.**

**3.2** - É fixado o prazo de 03 (três) dias para a assinatura do instrumento de contrato, a contar da data da convocação da licitante por parte da contratante, sob pena de decair o direito à contratação.

**3.3** - A fiscalização do respectivo contrato será realizada por servidores designados pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, por Portaria específica, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste documento.

**3.4**- O valor contratado poderá ser reajustado pelo índice acumulado da variação do IPCA, sendo este após 01(um) ano da vigência, se for o caso.

**3.5**- A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

#### **CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

O valor contratual é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**4.1**- O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal. A contratada deverá apresentar os documentos de cobrança em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual deve estar discriminado o bem, e deverá ainda constar na Nota Fiscal o número da Nota de Empenho prévio, o número do Pregão Eletrônico e o número do Convênio (891531/2019);

**4.2**- O pagamento somente será realizado após a liberação realizada pelo fiscal do contrato, designado em Portaria;

**4.3**- Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

**4.4**- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal;

**4.5**- A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal, destacados os valores relativos ao IRRF e demais encargos legais;

**4.6**- A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB 2108/2022.

**4.7**- A contratada deverá emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para o serviço contratado).

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**- As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Dotação: 2025/1649 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha**

Programa de Trabalho: 07.01.10.301.0002.1311 - Emenda Pedro Wesphalen  
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE  
Fonte de Recurso: 2601 - Transf Fundo a Fundo Rec SUS prov Gov Federal - RSPS  
Rubrica Item: 4.4.90.52.48.00.00.00 - VEICULOS DIVERSOS

**Dotação: 2025/1064 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha**

Programa de Trabalho: 07.01.10.302.0002.2092 – Manut. e Fortal. Atenção MAC - ASPS cta. 67  
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos  
Rubrica Item: 4.4.90.52.48.00.00.00 - VEICULOS DIVERSOS

**Dotação: 2025/1063 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha**

Programa de Trabalho: 07.01.10.302.0002.2092 – Manut. e Fortal. Atenção MAC - ASPS cta. 67  
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos  
Rubrica Item: 4.4.90.52.48.00.00.00 - VEICULOS DIVERSOS



**CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

**6.1-** O pagamento conforme o determinado neste instrumento.

**6.2-** A fiscalização do contrato, no momento da entrega, será realizada por servidor designado em portaria específica.

**6.3-** Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a CONTRATADA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido.

**CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**7.1-** Entregar o objeto contratado e realizar a prestação dos serviços conforme especificações deste e em consonância com a proposta de preço apresentada;

**7.2- Obedecer à cronologia da entrega do objeto, atendendo as solicitações da CONTRATANTE;**

**7.3-** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.4-** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, no prazo de 02 (dois) dias.

**7.5-** Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

**7.6-** Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do bem, ou que possa comprometer a sua qualidade.

**7.7-** Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

**7.8-** Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais que correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

**7.9- Efetuar troca do produto, objeto do contrato, caso não esteja de acordo com o exigido;**

**7.10-** Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

**7.11-** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

**7.12-** Obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

**7.13-** Manter em estoque os objetos licitados.

**7.14-** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objetos do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus a CONTRATANTE.

**7.15-** Obrigação de cumprimento de Cota de Aprendizado Profissional, conforme art. 429 e seguintes da CLT).

**CLÁUSULA OITAVA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.1.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



**a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021);

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021);

**d) Multa:**

d.1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “d”

d.2) moratória de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.3) O atraso superior a 02 meses autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art 137 da Lei n.º 14.133/2021.

d.4) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, previstas nas alíneas “c”, “e”, “f”, “g” e “h”.

**d.5) As penalidades de multa serão atualizadas pelo índice do IPCA-IBGE.**

**8.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133/2021);

**8.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021);

**8.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n.º 14.133/2021);

**8.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei n.º 14.133/2021);

**8.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021):**

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art.159 da referida Lei.

**8.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**8.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

**8.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**8.13.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **CLÁUSULA NONA- DA EXTINÇÃO**

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 071/2025**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Aplica-se ao presente contrato o disposto no art. 89 da Lei 14.133/2021, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA** - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**- O extrato do presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o artigo 94, da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Em razão da inexistência de exigência legal, fica dispensada a assinatura das testemunhas e do fiscal.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma.

Santo Antônio da Patrulha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

**RODRIGO GOMES MASSULO**  
Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

---

**CONTRATADA**



**ANEXO III - FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE**  
**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 071/2025**

À

**Pref. Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS**

**Avenida Borges de Medeiros, nº 456, Cidade Alta**

**Município de Santo Antônio da Patrulha - RS**

**CEP 95.500-000**

**E-mail: [reequilibrio@santoantoniopatrulha.rs.gov.br](mailto:reequilibrio@santoantoniopatrulha.rs.gov.br)**

Solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos preços contratados com o Município de Santo Antônio da Patrulha - RS, conforme abaixo especificado:

**01. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (LICITANTE VENCEDOR)**

EMPRESA			
ENDEREÇO			
CIDADE	UF	CEP	CNPJ
FONE	E-MAIL		

**02. OBJETO DO RESTABELECIMENTO:**

LICITAÇÃO (MODALIDADE/NÚMERO E ANO DO EDITAL)
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO (NÚMERO/ANO)
LICITAÇÃO (MODALIDADE/NÚMERO E ANO DO EDITAL)
VIGÊNCIA __/__/20__ a __/__/20__



### 03. FUNDAMENTOS DA SOLICITAÇÃO:

Justificar pormenorizadamente os motivos do desequilíbrio contratual:

a) descrever os fundamentos do requerimento, com indicação da elevação dos encargos para o contratado (especificar para cada um dos itens, se for o caso);

b) **Anexar documento às alegações da letra ?a?:**

Planilha de Custos/Tabelas/Notas fiscais do fornecedor referentes ao período da licitação (expedidos no máximo nos 60 dias anteriores à data de abertura) e referentes ao período do pedido (não superior a 60 dias da protocolização do pedido).

\* As notas fiscais ou tabelas/planilhas/orçamento, deverão, **obrigatoriamente, destacar e identificar os itens** a que se refere o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, de acordo com a numeração correspondente a Ata de Registro de Preços/Contrato;

\* Complementar com todos os documentos que comprovem a variação e elevações suportadas pelo requerente, **fatos supervenientes e extraordinários ou de consequências incalculáveis**: índices oficiais de variação do preço do objeto licitado, referências legislativas quanto aos encargos supervenientes/majoração de tributos suportados pela empresa e que influenciam diretamente no preço de venda, etc.

\*Não serão concedidos reequilíbrios de itens com empenhos recebidos pela empresa antes da data de apresentação deste pedido.

### 04. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS E VALORES:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR REGISTRADO	PERCENTUAL (%) DE AUMENTO	VALOR REQUERIDO (REEQUILÍBRIO)
xxx	xxx	xxx	R\$ xxx	xxx (%)	R\$ xxx

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.



---

**Nome Legível e assinatura do**  
**Representante Legal da Empresa**  
**Carimbo com CNPJ**

---



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **XVXB.WXGS.7AGE.ETJ9**